



CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 22/2015

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2015

PRESIDENTE DA CÂMARA:

António dos Santos Robalo

VEREADORES:

Maria Delfina Gonçalves Marques Leal – Vice-Presidente da Câmara

Felismina Isabel Rito Alves – Vereadora do Partido Socialista

Vítor Manuel Dias Proença – Vereador do Partido Social Democrata

Pedro José Neves Antunes – Vereador do Partido Socialista

Amadeu Paula Neves - Vereador do Partido Social Democrata

FALTARAM POR MOTIVO JUSTIFICADO:

António José Gonçalves dos Santos Vaz – Vereador do Partido Socialista

HORA DE ABERTURA:

Dez horas e dez minutos

LOCAL: Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

SALDO DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2015 -----> Op. Orçamental 3.417.097,48 €

Op. Não Orçamental: 719.637,37 €

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Embora não fosse uma reunião pública foi autorizada a intervenção de um representante da **Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Soito, Senhor Nuno Mendonça** a quem depois de lhe ter sido dada a palavra, disse estar presente na reunião de câmara na sequência do ofício enviado à Câmara no dia 15/16 de setembro no qual solicitavam apoio financeiro. Para esse efeito distribuiu um Mapa alusivo às receitas e despesas da Associação que representa. De seguida informou que a sua presença tinha como objetivo a sensibilização do Executivo Municipal para a situação deficitária em que a Associação se encontrava na presente data. A câmara tinha antecipado a transferência de 40.000,00 €, do protocolo celebrado, os quais estavam refletidos no mapa entregue, e tinham sido utilizados para pagamento de outras dívidas, IRS, ordenados e segurança social dos funcionários relativamente ao mês de setembro. -----

Perante o risco de não conseguirem assegurar os 30 postos de trabalho existentes, ou até mesmo o colapso da Associação, solicitou uma atenção especial para a presente situação da Associação. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para informar que a Associação, no período do Verão do corrente ano, teve um desempenho célere e muito acima da média. O ofício recebido tinha sido despachado para análise pelo serviço da câmara competente para o efeito, de forma a encontrar alternativas para que a Associação consiga ter sustentabilidade nos próximos anos. De seguida perguntou se ainda havia alguma transferência por parte do Poder Central ou da proteção Civil, tendo o **Senhor Nuno Mendonça** dito que os valores tinham sido pagos, contudo esses valores eram insuficientes para proceder ao pagamento dos funcionários. -----

O Senhor **Vereador Vítor Proença** tomou a palavra para perguntar se a construção do novo quartel de bombeiros tinha sido o motivo do agravar da situação financeira. Em resposta o Senhor Nuno Mendonça disse que o agravar da situação financeira tinha de facto começado principalmente com a obra, em virtude da Associação ter suportado o custo da elaboração de todos os projetos existentes, pois os mesmos não tinham sido incluídos na candidatura efetuada. Houve ainda alguns valores que tiveram de ser acertados no decorrer da obra. Três acidentes com ambulâncias, uma das quais foi adquirida com o apoio da Câmara. -----

Senhora **Vereadora Felismina Rito** tomou a palavra para perguntar se o subsídio extraordinário de 4.276,00 € pelo transporte de água às localidades de Aldeia do Bispo, Dirão da Rua, Quinta dos

Município de Sabugal



19

Clérigos, Rebolosa e Alfaiates, iria colmatar uma parte da situação, tendo o **Senhor Nuno Mendonça** confirmado que o valor a ser atribuído era bom mas não conseguiriam resolver o problema no imediato. A Senhora Vereadora Felismina Rito questionou ainda se tinha programado fazer algum peditório à população para minorizar o problema existente, tendo-lhe sido respondido que, de momento, ainda não tinham nada programado. Relativamente a este assunto o **Senhor Presidente da Câmara** disse que deveriam equacionar a possibilidade de efetuar uma campanha de angariação de fundos. -----

A Senhora **Vereadora Felismina Rito** reforçou ainda da necessidade de uma boa gestão. ----- Este assunto gerou ainda um alarga troca de impressões, findas as quais ficou acordado que seria necessário agendar uma reunião com a Associação, por forma a tentar verificar as possibilidades de resolver o assunto da melhor forma possível e num curto espaço de tempo. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

1. Justificação de ausência de Membro do Executivo Municipal -----

A Câmara **deliberou**, por unanimidade, **justificar** a falta dada pelo Senhor Vereador António José Gonçalves dos Santos Vaz; -----

2. Expediente -----

O Senhor **Presidente da Câmara** entregou fotocópia a todos os Membros do Executivo Municipal do trabalho que estava a ser desenvolvido relativamente às Grandes Opções do Plano 2016-2019 e Orçamento para 2016 com o objetivo de verificarem, analisarem e apresentarem os seus contributos, de forma a alcançar um orçamento equilibrado. -----

3. Intervenções do Executivo Municipal para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico

O Senhor **Presidente da Câmara** perguntou ao Executivo se tinham intervenções a fazer e, em conformidade com o disposto no artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 18.º do Regimento do Funcionamento das Reuniões de Câmara, deu a palavra ao Senhor **Vereador Pedro Antunes** para dizer que vários pais o tinham contactado para demonstrar o seu descontentamento, por não poderem acompanhar os seus filhos nas aulas de natação, devido ao vidro do café sito no Edifício das Piscinas Municipais estar opaco, junto do qual antes era possível ver as aulas de natação e quando terminava a aula os pais dirigiam-se aos balneários a fim de dar

Município de Sabugal



os banhos e vestir as crianças pequenas. O Senhor **Presidente da Câmara** disse que os pais das crianças eram chamados quando terminava a aula de natação. -----

- 4. **Ratificação de Despachos** exarados ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

Foi **deliberado**, por unanimidade, **ratificar o despacho** exarado pela Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, no dia 14/10/2015, no qual **deferiu o pedido de operação de destaque de parcela**, requerido por Joaquim Gomes Gonçalves Baltazar, do prédio rústico com o art.º 1049 sito no Sítio da Calçada, na cidade de Sabugal. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **I** -----

----- **DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA** -----

- 1.1 **As atas das Reuniões de Câmara** realizadas nos dias **18/09/2015 e 02/10/2015** foram **aprovadas**, por unanimidade; -----
- 1.2 Face ao ofício enviado pelo **Instituto de São Miguel**, registado no LRE no dia 05/10/2015 sob o n.º 9390 a **expor situação relativamente ao consumo excessivo constante da fatura referente ao mês de agosto**, foi **deliberado**, por unanimidade, **autorizar que o pagamento seja efetuado tendo em conta os m³ faturados em igual período do ano anterior, conforme casos similares, devendo a fatura já emitida ser anulada**, nos termos com os fundamentos constantes da informação do Chefe da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira; -----
- 1.3 A Câmara **deliberou**, por unanimidade, **ratificar o despacho exarado pelo Sr.º Presidente da Câmara no dia 03/10/2015**, no qual **autorizou uma prorrogação de 49 dias** ao adjudicatário da obra **Requalificação Urbana da Avenida de S. Cristóvão no Soito, incluindo o Largo**, devendo o adjudicatário ajustar o mapa de trabalhos ao proposto, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 2404 e datada de 02/10/2015; -----

Município de Sabugal



CONTRATAÇÃO PÚBLICA -----

- 1.4 Face à informação registada sob o n.º 2411, datada de 05/10/2015, prestada pelo Serviço de Contratação Pública, a solicitar **retificação do parecer emitido em reunião de Câmara de 04/09/2015**, para aquisição de serviços de desenvolvimento de plataforma de comunicação Web para o Município do Sabugal, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **autorizar a retificação proposta**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação;-----
- 1.5 A Câmara **tomou conhecimento da Relação da Prestação de Serviços até 5.000,00 €** referente ao mês de setembro de 2015; -----

SERVIÇO ADMINISTRATIVO DE ÁGUAS E SANEAMENTO -----

- 1.6 A Câmara **tomou conhecimento da Reconciliação Bancária** referente ao mês de setembro de 2015; -----
- 1.7 A Câmara **tomou conhecimento do Termo de Contagem** da responsabilidade do Tesoureiro, referente ao dia 01/10/2015. -----

----- **II** -----

---- **DIVISÃO DE PLANEAMENTO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO** ----

- 2.1 A Câmara tomou conhecimento dos despachos exarados pelo senhor Presidente da Câmara no uso da competência a que refere o n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativos à Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território, no período de 02/10/2015 a 16/10/2015: -----

NOME	Local da Obra	Data do despacho	Natureza da obra
Sara Isabel Cunha Nunes	Sítio do Cabeço Negro – Teixedas – União de freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António	05.10.2015	Deferido o projeto de arquitetura de obras de construção de um edifício para habitação, nas condições da informação da DPUOT

Município de Sabugal



Elisabete Monteiro Rodrigues	Estrada Municipal 536 nº 31 – Seixo do Côa	05.10.2015	Deferido o projeto de arquitetura de obras de alterações de edifício para turismo rural, nas condições da informação da DPUOT
Rosa Carreira Alves	Rua da Canadinha – Carvalhal - Badamalos	06.10.2015	Deferido o projeto de arquitetura de obras de alteração e ampliação, de um edifício para fins agrícolas, nas condições da informação da DPUOT
Joaquim António Martins Manso	Travessa da Fontainha nº 3 - Nave	07.10.2015	Deferido o pedido de ocupação da via pública para conservação de cobertura, com andaimes, numa extensão de 5 m e pelo período de 1 mês, nas condições da informação da DPUOT
Fernando Moiteiro Fonseca	Rua D. Sancho I nº 3 - Sabugal	08.10.2015	Deferido o projeto de arquitetura de e respetivo licenciamento de obras de reconstrução e preservação das fachadas de edifício destinado a habitação, nas condições da informação da DPUOT
Transspeed – Transportes Nacionais e Internacionais, Lda.	Sítio da Muecha - Soito	14.10.2015	Deferido a aprovação condicionada do projeto de arquitetura de obras de construção de edifício destinado a armazém para fins logísticos de transportes de mercadorias, nas condições da informação da DPUOT
Ana Maria da Conceição Santos	Rua da Escola – Vale de Espinho	14.10.2015	Defiro o licenciamento de obras de alteração de habitação, nos termos da informação da DPUOT.
Comissão de Melhoramentos dos Fóios	Largo das Eiras - Foios	14.10.2015	Defiro o licenciamento de obras de alteração e ampliação – equipamento social, nos termos da informação da DPUOT.
Rosa Maria Frias Fernandes	Rua do Saco nº 1 – Aldeia da Ponte	14.10.2015	Deferido a aprovação condicionada do projeto de arquitetura (legalização) de edifício destinado a fins industriais e comerciais, nas condições da informação da DPUOT

2.2 A Câmara **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a proposta de zonamento e do coeficiente apresentada com algumas alterações**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação, nomeadamente: -----

“Redução para 0,45, do coeficiente de localização de habitação na zona intramuralhas. De facto, ainda que seja tal coeficiente inferior ao definido para a “Zona Central”, (0,6 versus 0,7).

tal como tem vindo a vigorar nos últimos anos, considera-se pertinente que seja tal diferença acentuada, como forma de discriminação positiva para as operações de reabilitação dos imóveis aí implantados e atração a residências. Tal propósito poderia ser sustentado com a não cobertura por transporte público e, limitações à acessibilidade. -----

- Aumentar de 0,4 para 0,45 os coeficientes de localização de habitação de Aldeia Velha, Aldeia do Bispo e Malcata conforme os estipulados (desde longa data) para os Foios, Vale de Espinho, Quadrazais, Alfaiates, Nave, Vila Boa, Rapoula do Côa, Peroficós, Cerdeira do Côa e Vale Mourisco, por se entender que, as características de acessibilidade, proximidade a equipamentos sociais, transporte público, dos aglomerados são idênticas. -----

- O aglomerado da Quinta das Vinhas o valor de 0,40. ” -----

Relativamente a este assunto a Senhora **Vereadora Felismina Rito**, em representação dos Vereadores do Partido Socialista, apresentou a proposta que a seguir se transcreve: “Atendendo ao número 3 e 6 da informação nº32897/DEPU e considerando que: -----

1. Tratando-se de um imposto municipal e existindo a nível municipal inúmeras edificações isoladas que têm causado problemas de infraestruturação pública (eletrificação, saneamento, abastecimento de água, arranjo de caminhos/estradas, etc.) e de administração/gestão pública (recolha de lixos, segurança, transportes públicos, saúde domiciliária, etc.) poderia o agravamento do mesmo, funcionar como dissuasor de novas edificações isoladas. -----
2. Ao nível do ordenamento do território procuram-se soluções mais sustentáveis económica, ambiental e socialmente, às quais as edificações isoladas não respondem. -----
3. Os coeficientes de localização diferem consoante critérios como acessibilidade, cobertura de transportes públicos, proximidade de equipamentos sociais e localização em zonas de elevado valor de mercado. -----

Propõe-se: -----

- Acrescentar “Edificação Isolada” como um critério no coeficiente de localização;-----

- *Transformá-lo num critério penalizador (e não benéfico) no coeficiente de localização;-----*
- *Em termos práticos, aumentar o CL das edificações isoladas para 0,4;-----*
- *Publicitar o agravamento do IMI para Edificações Isoladas;-----*
- *Instituir a informação do agravamento do IMI em edificações isoladas, a novos requerentes deste tipo de construção. -----*

Consideramos que o agravamento do IMI e sua publicitação poderão a médio-longo prazo conduzir a mais benefícios financeiros para o município do que o próprio imposto, nomeadamente na não infraestruturaração e gestão pública de serviços a estas edificações. Consideramos também que estamos a prestar melhor serviço público ao tentar evitar este tipo de construções pouco sustentáveis, quer para o Município, quer para o Municípe.” -----

2.3 A Câmara tomou conhecimento da informação prestada pelo Arq.º Paulo Marcos, datada de 08/10/2015, sobre o **relatório do procedimento tido em sede de 2.ª Avaliação do IMI a Torres Eólicas**, e após ter sido solicitada a presença e prestados todos os esclarecimentos solicitados ao Arquiteto Paulo Marcos foi **deliberado**, por unanimidade: -----

- a) **Concordar com o teor do mesmo, devendo ser enviado à Autoridade Tributária (AT); ----**
- b) **Esclarecer que o referido técnico exerceu o seu trabalho na Comissão de Avaliação de forma autónoma e no respeito pela sua ética profissional; -----**
- c) **Nesse sentido, a Câmara Municipal escusa-se de emitir parecer concordante ou não com o resultado da avaliação; -----**

A Câmara Municipal, ao nomear o Técnico, apenas colaborou com o pedido solicitado pela Autoridade Tributária. -----

----- **III** -----

----- **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E QUALIDADE** -----

- 3.1 Face à informação registada sob o n.º 2440, datada de 09/10/2015, sobre **pedido de apoio pontual em situação de emergência – Aquisição de Máquina de Lavar Roupa** requerido pelo Senhor Manuel António Cunha Batista, residente na cidade de Sabugal, foi **deliberado**, por unanimidade, **atribuir o valor de 60,00 € ao montante aprovado, a ser canalizado para a aquisição de máquina de lavar roupa**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação; -----
- 3.2 Face à informação registada sob o n.º 2455, datada de 12/10/2015, sobre **pedido de apoio social – requerido pela Senhora Maria Teresa Belo Santos**, residente na Rua do Teixeira Pascoais, n.º 45, na cidade de Sabugal, foi **deliberado**, por unanimidade, **atribuir um apoio de 750,00 €**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação; -----
- 3.3 Face à informação registada sob o n.º 2354, datada de 28/09/2015, a apresentar **Proposta de atribuição extraordinária à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Soito** pelo transporte de água às localidades de Aldeia do Bispo, Dirão da Rua, Quinta dos Clérigos, Rebolosa e Alfaiates, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **atribuir um subsídio extraordinário de 4.276,00 €** pelo bom desempenho no fornecimento de água à população. -----

---- Sendo doze horas e vinte e cinco minutos, não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor **Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião da qual, para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Isabel Gonçalves Isabel Gonçalves, Técnica Superior, que a lavrei e pelo Senhor **Presidente da Câmara**, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA


- Eng.º António dos Santos Robalo -